

**A. I. N°** - 269094.0214/08-8  
**AUTUADO** - MARIA LÍCIA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.  
**AUTUANTE** - EMÍLIO ALVES DE SOUZA FILHO  
**ORIGEM** - INFRAZ BRUMADO  
**INTERNET** 18.11.09

#### 5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0323-05/09

**EMENTA:** ICMS. CONTA “CAIXA”. SUPRIMENTOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto sempre que a escrituração indicar suprimento de caixa de origem não comprovada. O contribuinte não conseguiu comprovar a origem dos aportes. Negado o pedido de novos cálculos ou diligência. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 30/12/2008, exige ICMS no valor histórico de R\$ 63.000,00, com fundamento no art. 2º, parágrafo 3º, II do RICMS/97, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei 7.014/96, em razão de presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada (exercícios de 2005 a 2007).

Às fls. 08 a 10 constam demonstrativos do ICMS devido com a descrição das receitas de origem não comprovada, com suas respectivas datas e número da página do Livro Caixa em que foram lançadas, todas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

O sujeito passivo ingressa com impugnação fiscal às fls. 93 a 96. Inicialmente, estabelece a diferença entre saldo credor de caixa e suprimento de caixa de origem não comprovada. No primeiro, apurado quando da ausência do Livro Caixa, constata-se que em determinado momento o saldo do caixa foi insuficiente para suportar os pagamentos. O segundo quando o contribuinte, com o fim de camuflar saldo credor desta conta, realiza lançamentos de recebimentos sem origem comprovada no caixa.

Com relação a suprimento de caixa, diz que “para que qualquer ingresso de quantia no caixa caracterize um suprimento é necessário que tenha havido estouro no mesmo, de forma que seu saldo não fique insuficiente para suprir os pagamentos”. Aduz não haver nos autos demonstrativo de auditoria de disponibilidade de caixa que prove “estouro de caixa” ou que os lançamentos foram efetuados com o desiderato de acobertar “tais estouros mensais”, motivo pelo qual deve-se considerar, na sua linha de raciocínio, não haver condições de conhecer a base de cálculo do imposto lançado, uma vez que, na ausência do demonstrativo das disponibilidades do caixa, não se pode afirmar que ocorreu saldo credor.

Anexou demonstrativos às fls. 97 a 99, com o fim de provar que os saldos sempre foram suficientes para cobrir os pagamentos com relativa folga.

No tocante à origem não comprovada, informa que os valores lançados foram oriundos de comissões recebidas de uma serraria estabelecida no Estado do Pará, para quem realiza vendas diretas. Pontua que os recibos juntados não foram suficientes e que, assim, solicitou da empresa documentos tipo declaração com firma reconhecida, anexados aos autos.

Argumenta que houve dois lançamentos indevidos no livro caixa no mês de novembro de 2006, pois no dia 31/10/2006 foram emitidas duas notas fiscais pela VOLVO DO BRASIL VEÍCULOS LTDA.,

devido à aquisição de dois caminhões (notas fiscais de números 303.537 e 303.542 às fls. 107 e 108) no valor de R\$ 250.000,00. Cada documento especifica que o pagamento seria feito em duas parcelas, uma no valor de R\$ 100.000,00, no dia 06/11/2006, e outra no valor de R\$ 150.000,00, no dia 28/11/2006. A segunda parcela de cada compra, no valor de R\$ 150.000,00 cada, foi quitada através de recursos oriundos de contrato de empréstimo com o Banco Volvo Brasil S/A, com repasse para financiamento, de número 0000242569/01 (fls. 104 a 106). Por engano, tais parcelas foram lançadas no caixa do ano de 2006, conforme fls. 39 e 40 do mencionado livro contábil. Diz que retirou tais valores dos seus demonstrativos elaborados e pede, caso seja necessário a feitura de novos cálculos, a exclusão destes R\$ 300.000,00 dos pagamentos de 11/2006.

Requer que o auto seja considerado nulo, por não conter os demonstrativos das disponibilidades de caixa que possibilitariam conhecer a base de cálculo do imposto ou a improcedência, por não ter ocorrido a infração.

A autuante ingressa com informação fiscal às fls. 182 a 184. Afirma que a autuação se deu em função de suprimento de caixa de origem não comprovada. Faz a distinção entre esta e saldo credor de caixa e diz que todo o raciocínio da impugnação subsume-se à hipótese de saldo credor de caixa, o que não é o escopo do lançamento.

No tocante à afirmação de defesa de que os recursos provinham de comissão de venda de madeira serrada, pondera que foi juntado aos autos um maço de recibos (fls. 108 a 172 e 57 a 91), que são meras declarações de sócios de que receberam comissões de vendas de madeira serrada, sem o condão de apontar a veracidade dos aportes, vez que não foram apresentados quaisquer documentos oficiais, a exemplo de notas fiscais de prestação de serviços, extratos bancários ou cópias de cheques.

Conclui mantendo os termos da ação fiscal.

## VOTO

Fica rejeitada a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado. Não têm amparo fático ou jurídico os argumentos relativos aos pressupostos de validade do procedimento fiscal, pois o autuante expôs com clareza a fundamentação de fato e de direito, na medida em que descreve as infrações, fundamentando com a indicação dos documentos, demonstrativos e relatórios respectivos, bem como de seus dados e cálculos, assim como indica o supedâneo jurídico. Não foi identificada nenhuma violação ao princípio do devido processo legal ou a quaisquer princípios de Direito Administrativo ou Tributário, em especial os do processo administrativo fiscal, tendo sido observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizados pelos aspectos abordados na impugnação, bem como pela narrativa dos fatos e correspondente infrações imputados. A composição da base de cálculo, ao contrário do que alega o impugnante, ficou cristalinamente demonstrada nos demonstrativos de fls. 08 a 10, onde restam especificados todos os suprimentos de origem não comprovada com suas respectivas datas.

Quanto ao pedido de novos cálculos, diligência e / ou revisão fiscal, não há razões para seu acolhimento, pois os autos encontram-se devidamente instruídos e não vislumbro equívocos ou elementos de dúvidas deixados pela autuante que ensejem a necessidade de qualquer esclarecimento técnico.

No mérito, o Auto de Infração exige ICMS em razão de presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada (exercícios de 2005 a 2007).

O art. 2º, parágrafo 3º, II do RICMS/BA determina a presunção da ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar suprimento de caixa de origem não comprovada.

Da análise dos elementos constantes dos autos – em especial as cópias do Livro caixa do período

fiscalizado de fls. 12 a 49 -, constato sucessivos aportes de R\$ 10.000,00, consignados nos demonstrativos de fls. 08 a 10 e sem comprovação de origem.

Não procede a alegação defensiva de que “para que qualquer ingresso de quantia no caixa caracterize um suprimento é necessário que tenha havido estouro no mesmo, de forma que seu saldo não fique insuficiente para suprir os pagamentos”, pois os dispositivos regulamentares acima citados não estabelecem esta restrição e a exigência encontra-se amparada pelos mesmos, no exercício da atividade de dever-poder vinculado dos prepostos fiscais.

Não acolho os demonstrativos de fls. 97 a 99, pois tratam de auditoria de caixa, procedimento em tudo distinto do adotado para apurar o imposto devido no presente Auto de Infração, que foi o levantamento dos aportes de caixa cuja origem não tiveram comprovação.

Com referência à comprovação dos suprimentos, o autuado informa que os valores lançados foram oriundos de comissões recebidas de uma serraria estabelecida no Estado do Pará e junta declarações (recibos), assinadas por seus prepostos, de que receberam tais quantias. Tais documentos não podem ser considerados como prova de suprimento de caixa, posto que elaborados pelo próprio sujeito passivo e desacompanhados de notas fiscais de prestação de serviços, extratos bancários ou cópias de cheques.

Relativamente à aquisição dos veículos designados nas notas fiscais de fls. 107 e 108 e respectivo contrato de empréstimo com o Banco Volvo Brasil S/A, com repasse para financiamento, de número 0000242569/01 (fls. 104 a 106), entendo que nenhuma repercussão traz ao presente caso (assim como o lançamento por engano de duas parcelas de R\$ 150.000,00 no caixa do ano de 2006, conforme fls. 39 e 40 do mesmo Livro), pois não estamos a tratar de auditoria de caixa e não restou comprovado que o repasse diz respeito a quaisquer dos provimentos de R\$ 10.000,00 de origem não comprovada.

Na operação do débito, por ser o contribuinte inscrito à época no SIMBAHIA, foi concedido o crédito presumido de 80% que, deduzido da alíquota de 17%, resultou em uma alíquota de 9% no corpo do Auto de Infração.

Ante o exposto voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269094.0214/08-8**, lavrado contra **MARIA LÍCIA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 63.000,00**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de outubro de 2009.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA